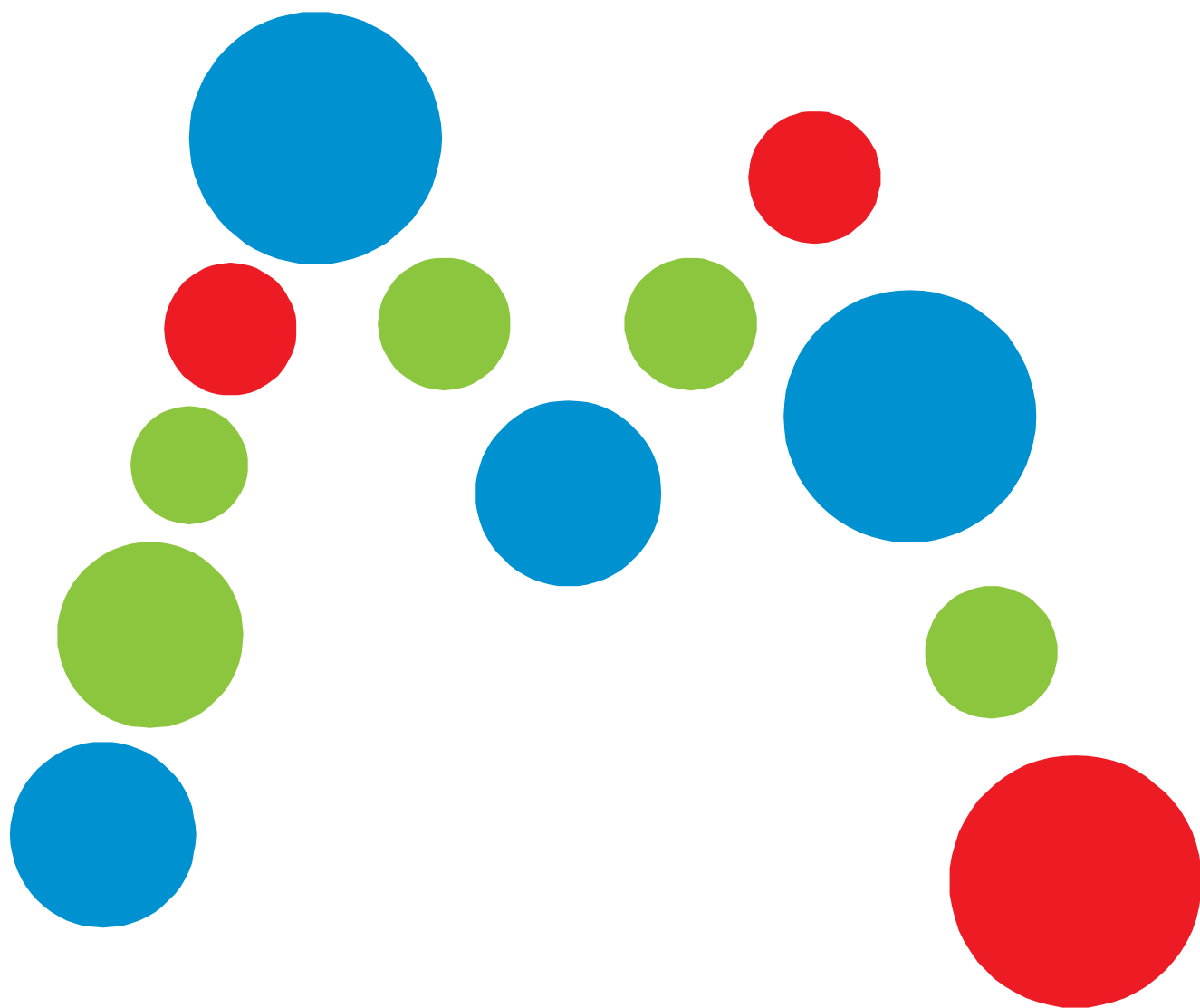


Mercados

informação global



Espanha Ficha de Mercado

Setembro 2008



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	3
2. Economia	4
2.1. Situação Económica e Perspectivas	4
2.2. Comércio Internacional	6
2.3. Investimento	9
2.4. Turismo	11
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1. Comércio	13
3.2. Investimento	15
3.3. Turismo	18
4. Relações Internacionais e Regionais	19
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
5.1. Regime Geral de Importação	20
5.2. Regime de Investimento Estrangeiro	21
5.3. Quadro Legal	24
6. Informações Úteis	25
7. Endereços Diversos	27
8. Fontes de Informação	30
8.1. Informação Online aicep Portugal Global	30
8.2. Endereços de Internet	32

1. País em Ficha

Área:	504.880 km ²
População:	46,1 milhões de habitantes (Janeiro 2008)
Densidade populacional:	91,3 hab./km ² (Janeiro 2008)
Designação oficial:	Reino de Espanha
Forma de governo:	Monarquia Constitucional
Chefe do Estado:	Rei Juan Carlos (desde Novembro de 1975)
Primeiro-Ministro:	José Luís Rodríguez Zapatero
Data da actual constituição:	Aprovada em 6 de Dezembro de 1978 e promulgada em 29 de Dezembro de 1978
Principais partidos políticos:	Estão representados no Congresso o PSOE (Partido Socialista Obrero Español), actualmente no poder; PP (Partido Popular); CIU (Convergencia i Unio); EAJ-PNV (Eusko Alderdi Jeltzalea - Partido Nacionalista Vasco); ERC (Esquerra Republicana de Catalunya); IU (Izquierda Unida); BNG (Bloque Nacionalista Galego); CC - PNC (Coalición Canaria - Partido Nacionalista Canario); UPyD Unión Progreso y Democracia; EA (Eusko Alkartasuna) e Na-Bai (Nafarroa Bai). As próximas eleições estão previstas para Março de 2012.
Capital:	Madrid - 3.132 mil habitantes (Janeiro 2007)
Outras cidades importantes:	Barcelona; Valência; Sevilha; Zaragoza; Málaga; Murcia; Las Palmas de Gran Canaria; Palma de Maiorca; Bilbao; Valladolid e Córdoba.
Organização territorial:	Distribui-se por Municípios, Províncias e 17 Comunidades Autónomas (Andalucia, Aragón, Astúrias, Baleares, Canárias, Cantábria, Castilla-La Mancha, Castilla y León, Cataluña, Comunidade de Madrid, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galiza, La Rioja, Murcia, Navarra e País Basco). No Norte de África, as cidades de Ceuta e de Melilla, territórios dependentes de Espanha, são administradas como Comunidades Autónomas.
Religião:	A maioria da população é católica, mas a Constituição estabelece que não existe religião oficial em Espanha.
Língua:	A principal língua é o castelhano. Existem, ainda, mais três línguas oficiais: o catalão, o basco (euskera) e o galego.
Unidade monetária:	Euro (EUR) 1 EUR = 1,3705 USD (média anual 2007) 1 EUR = 1,4975 USD (média mensal 2008)
“Ranking” em negócios:	Índice 7,66 (10 = máximo)
“Ranking” geral:	23 (entre 82 países)
Risco de crédito:	1 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - Cosec (Julho 2008)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp. + Imp. (bens) / PIB = 44,3% (2007) Imp. / PIB = 26,4% (2007) Imp. / Imp. Mundial = 2,6% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) – Country Report 2008, Country Profile 2008 e Viewswire Setembro 2008
WTO – World Trade Organization
COSEC
INE/Espanha

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspectivas

Desde a adesão de Espanha à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, o país tornou-se altamente industrializado e representa actualmente a nona economia a nível mundial¹. Ao longo da década de 90, as políticas económicas prosseguidas pelas autoridades espanholas atribuíram particular importância ao combate ao desemprego e ao controlo das contas públicas e da inflação, tendo-se traduzido num efectivo desenvolvimento económico, que teve reflexos muito positivos nas condições da vida da população, com a melhoria do rendimento disponível das famílias e o consequente crescimento da procura.

Como consequência, Espanha foi uma das economias da Europa Ocidental que mais cresceu ao longo da última década e até ao final de 2007. De acordo com as Contas Nacionais de Espanha, a economia manteve um grande dinamismo neste período, ao crescer 3,7%, impulsionada principalmente pela procura interna, em particular pelo investimento.

Todavia, o bom desempenho da economia espanhola, com taxas de crescimento bastante acima da média europeia², não impediu que alguns analistas económicos viessem a chamar a atenção para a vulnerabilidade de um modelo de crescimento económico baseado essencialmente no consumo interno e no crescimento do sector da construção, bem como para os riscos que o país começou a enfrentar com a subida do preço do petróleo e o agravamento do défice comercial. Uma explosão sem precedentes do sector da construção atingiu o país, tendo os preços do imobiliário mais que duplicado no espaço de apenas dez anos, e a economia aumentou o défice das contas correntes, ultrapassando 10% do PIB em 2007.

Em Abril 2008, as previsões do Governo espanhol apontavam para um crescimento do PIB de 2,3% para 2008 e 2009 e um crescimento mais acelerado, da ordem dos 3%, para 2010.

Contudo, a evolução da economia na primeira metade de 2008 evidenciou um crescimento em forte desaceleração (o PIB no 1º trimestre registou crescimento inter trimestral de 0,3% e de 0,1% no 2º trimestre) devido ao acentuado abrandamento da procura interna e do investimento, acompanhada de uma subida do desemprego. A produção industrial decresceu 9% no passado mês de Julho, face a mês homólogo de 2007, sendo a maior queda verificada dos últimos quinze anos.

Face à actual conjuntura, também a Comissão Europeia anunciou, no corrente mês de Setembro, a revisão em baixa das previsões para a economia espanhola, prevendo crescimentos negativos do PIB no 3º trimestre (- 0,1%) bem como no 4º trimestre (- 0,3%) de 2008. Para a CE a taxa de crescimento do PIB da economia espanhola deverá situar-se em 1,4% em 2008 (contra os 2,2%, da anterior previsão).

¹ Segundo o último relatório do Banco Mundial (Programa de Comparação Internacional).

² Em 2007 a economia espanhola cresceu 3,8% enquanto a média da UE não foi além de 2,6%.

Mas se tivermos em contas as previsões apresentadas pelo Economist Intelligence Unit (EIU), para o período 2008-2010, elas são ligeiramente mais pessimistas, prevendo uma taxa de crescimento do PIB espanhol de apenas 0,9% em 2008 e de -0,6% em 2009.

Segundo o EIU essa evolução ficará a dever-se, de um modo geral, aos vários aspectos já referidos, embora possam ser considerados com um peso diferente.

Contudo no que se refere ao consumo público, estas previsões são para que continue a crescer (3,8% em 2008 e 4,6% em 2009), em parte incentivado pelas várias medidas impostas pelo governo espanhol, para melhor enfrentar a desaceleração da economia. Já relativamente ao saldo do sector público, após ter alcançado 2,2% do PIB em 2007 (que permitiu aumentar significativamente o consumo e o investimento público), as previsões para 2008 são de um saldo negativo de -1,6% do PIB, devendo agravar-se para -2,6% do PIB em 2009, voltando a começar a recuperar em 2010.

O forte abrandamento previsto da procura interna deverá começar gradualmente a traduzir-se na redução do défice da balança corrente, o qual se vinha agravando nos últimos anos. Assim prevê-se que represente 8,5% do PIB em 2008, 7,7% em 2009 e 6,8% em 2010.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^b	2009 ^b	2010 ^b
População	Milhões	44,1	44,7	45,2	45,5	45,8	45,9
PIB a preços de mercado	10 ⁹ EUR	908,8	982,3	1.050,6	1.104,6	1.128,8	1.179,3
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	1.132,1	1.233,4	1.437,9	1.701,0	1.715,8	1.709,9
PIB per capita	USD	25.647	27.588	31.858	37.361	37.496	37.237
Crescimento real do PIB	%	3,6	3,9	3,7	0,9	-0,6	1,4
Consumo privado	Var. %	4,2	3,9	3,5	0,6	-1,4	0,6
Consumo público	Var. %	5,5	4,6	4,9	3,8	4,6	3,2
Formação bruta de capital fixo	Var. %	7,0	7,1	5,3	-1,4	-3,0	1,1
Taxa de desemprego	%	9,2	8,5	8,3	10,7	12,7	12,4
Taxa de inflação	%	3,4	3,5	2,8	4,6	3,0	2,2
Dívida pública	% do PIB	43,0	39,7	36,2	37,3	40,5	41,0
Saldo do sector público	% do PIB	1,0	1,8	2,2	-1,6	-2,6	-1,5
Balança corrente	10 ⁹ USD	-83,4	-110,1	-145,4	-144,6	-132,5	-116,0
Balança corrente	% do PIB	-7,4	-8,9	-10,1	-8,5	-7,7	-6,8
Taxa de câmbio – media	1USD=xEUR	1,25	1,26	1,37	1,54	1,52	1,45

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU) Setembro 2008

Notas: (a) Valores efectivos

(b) Previsões

A taxa de inflação, que se vinha a reduzir nos últimos anos em Espanha, situando-se nos 2,8% em 2007, deverá agravar-se no corrente ano para 4,6%, o que colocará a Espanha bastante acima da média projectada para a zona Euro (3,6%). Para 2009-2010 as previsões apontam uma descida para 3% e

2,2% respectivamente, devido ao previsto abrandamento da procura interna e caso se venha a verificar uma maior estabilidade dos preços das matérias-primas e energia.

Também a taxa de desemprego deverá registar um forte agravamento em 2008 (10,7%), tendência que deverá prolongar-se nos próximos anos, esperando-se taxas da ordem dos 12,7% e 12,4% no período 2009-2010.

Contudo e para minorar os efeitos que se possam admitir advirem, o governo espanhol tem vindo a implementar uma política fiscal fortemente expansionista, incentivando a redução de impostos e o aumento de despesas, em particular no investimento. Após ter sido eleito em Março passado, o governo espanhol indicou que iria reforçar a sua acção com o objectivo de melhorar a competitividade da economia espanhola a longo prazo. Nesse sentido, comprometeu-se a aumentar a concorrência no sector dos serviços, a melhorar o enquadramento regulamentar do clima de negócios e ainda a negociar uma nova parceria com os representantes dos sindicatos e empresas.

Também para fortalecer a economia, favorecer a liquidez das empresas e estancar o desemprego, o governo vem aprovando recentemente várias medidas, das quais se destacam, medidas para apoio do investimento público, para redução da carga fiscal, bem como para apoio das PME's, além de privilegiar ajudas ao sector imobiliário e ao da construção.

Em resumo, as consequências de um acentuado abrandamento da economia espanhola, incluindo um aumento do desemprego e a contracção no sector da construção do mercado de habitação, deverão constituir um dos maiores desafios do governo espanhol, constituindo uma fonte de potencial instabilidade política a curto prazo.

2.2. Comércio Internacional

A Espanha apresenta uma balança comercial tradicionalmente deficitária e que se tem vindo a agravar nos últimos cinco anos. De acordo com os dados do EIU, as exportações espanholas registaram uma taxa de crescimento de 62,5% em 2007, face ao valor de 2003, enquanto as importações cresceram a um ritmo superior de 87,1%. A confirmarem-se as previsões, em 2008 as exportações espanholas deverão aumentar mais do que as importações (19,9% e 19,1%, respectivamente).

Em 2007, as exportações espanholas atingiram 256,7 mil milhões de USD, enquanto as importações rondaram os 380,2 mil milhões de USD, a que corresponderam aumentos, face ao ano anterior, de 16,3% e de 16,8%, respectivamente. O défice da balança comercial totalizou 123,5 mil milhões de USD.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportação fob	158,0	185,2	196,6	220,8	256,7
Importação fob	203,2	251,9	281,8	325,4	380,2
Saldo	-45,2	-66,7	-85,2	-104,7	-123,5
Coeficiente de cobertura (%)	77,8	73,5	69,8	67,9	67,5
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	15 ^a	16 ^a	17 ^a	18 ^a	17 ^a
Como importador	12 ^a	12 ^a	12 ^a	12 ^a	11 ^a

Fontes: EIU; Organização Mundial do Comércio (OMC)

O principal parceiro comercial de Espanha, por grandes áreas geográficas, é a UE, destino de cerca de 70,1% das vendas espanholas ao exterior em 2007, representando os restantes países europeus cerca de 6,3% do total, o que demonstra a grande concentração das exportações no espaço europeu. Fora deste espaço, surge a Ásia com 6,2%, a América Latina com 4,9%, a América do Norte com 4,6% e a África com 4,5%.

No que diz respeito aos fornecimentos, a concentração no espaço europeu mantém-se, embora em menor escala, com a UE a representar cerca de 59,1% do total e o resto da Europa a ser a origem de 6,7% das compras espanholas. A Ásia surge em 2.º lugar como fornecedor representando 17,3% das compras espanholas no exterior, seguindo-se a África com 7,4%, a América Latina com 4,6% e a América do Norte com 3,9%.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
França	19,20	1 ^a	18,74	1 ^a	18,73	1 ^a
Alemanha	11,37	2 ^a	10,92	2 ^a	10,74	2 ^a
Portugal	9,58	3 ^a	8,91	3 ^a	8,55	3 ^a
Itália	8,37	5 ^a	8,54	4 ^a	8,48	4 ^a
Reino Unido	8,41	4 ^a	7,98	5 ^a	7,52	5 ^a
EUA	4,10	6 ^a	4,39	6 ^a	4,21	6 ^a
Holanda	3,12	7 ^a	3,31	7 ^a	3,25	7 ^a

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Em termos de países, os principais clientes de Espanha são a França, a Alemanha e Portugal, que embora mantenham as suas posições no *ranking*, registaram quebras nas respectivas quotas em 2007 face a 2005. No último ano, embora as exportações espanholas para Portugal tenham decrescido 0,9%, o nosso país manteve-se no 3º mercado de destino das exportações (8,6% do total exportado).

Nos lugares seguintes surgem a Itália, o Reino Unido e os EUA (primeiro cliente fora da UE, com uma quota a rondar os 4% nos últimos 3 anos).

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Alemanha	15,27	2ª	14,80	1ª	15,70	1ª
França	14,74	1ª	13,38	2ª	12,69	2ª
Itália	8,55	3ª	8,25	3ª	8,40	3ª
China	4,21	6ª	4,63	6ª	5,79	4ª
Reino Unido	5,83	4ª	5,18	4ª	4,75	5ª
Holanda	4,97	5ª	4,91	5ª	4,61	6ª
Portugal	3,29	8ª	3,32	8ª	3,26	8ª

Fonte: WTA

No *ranking* dos principais fornecedores destacam-se a Alemanha, a França e a Itália, que juntos concentram 36,8% das importações espanholas. Nos últimos três anos, a China passou de 6º a 4º fornecedor da Espanha, reforçando a sua quota de mercado de 4,2% em 2005 para 5,8% em 2007 (as compras espanholas a este país aumentaram perto de 61% no período). Os restantes principais fornecedores – Reino Unido e Holanda - apresentam uma tendência decrescente das respectivas quotas. Portugal permanece 8º fornecedor (ou 5º fornecedor da UE), detendo uma quota de mercado de 3,3% em 2007.

Do conjunto dos principais fornecedores de Espanha oriundos da UE, os que registaram maior crescimento em valor absoluto em 2007 foram a Alemanha (+10,2%), a Itália (+5,6%) e Portugal (+1,9%). Entre os fornecedores europeus que registaram maiores decréscimos destacam-se o RU (-4,8%), a Holanda (-2,4%) e a França (-1,5%).

Quanto à estrutura das transacções, saliente-se a importância assumida pelo sector automóvel (veículos e componentes auto) e das máquinas e equipamentos mecânicos e eléctricos nas trocas comerciais (juntos representaram cerca de 36% das exportações espanholas e 35% das importações em 2007), situação que decorre do peso e relevância destes sectores na indústria e economia espanholas. Também os combustíveis minerais assumem uma importância crescente nas importações do país (em 2004 representavam cerca de 11% do total, enquanto em 2007 a quota subiu para mais de 15%).

O ano de 2007 encerrou com taxas de crescimento nas principais famílias de produtos exportados muito superiores à taxa de crescimento das exportações globais (à excepção das máquinas, aparelhos e material eléctrico e dos produtos farmacêuticos): os veículos de transporte (+3,9%), as máquinas e equipamentos mecânicos (+5,3%), os combustíveis minerais (+5,0%) e os plásticos e suas obras (+6,6%).

Nas importações verificou-se um crescimento nos principais sectores de bens de equipamento (sendo de assinalar os aumentos registados nos equipamentos industriais e de telecomunicações): os veículos de transporte (+8,1%), as máquinas e aparelhos eléctricos e electrónicos (+8,1%), o ferro fundido e aço (+13,5%) e o vestuário e acessórios (+7,2%).

O país possui um défice comercial no sector de bens de equipamento apesar do maior défice se registar no sector energético, reflectindo a dependência das importações de petróleo e gás (em 2007 o défice dos produtos energéticos situou-se nos 33,9 mil milhões de Euros, ou seja cerca de 3,2% do PIB).

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Veículos de transporte	20,90	Veículos de transporte	15,40
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	8,39	Combustíveis minerais	15,20
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes	6,65	Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	10,80
Combustíveis minerais	5,29	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes	8,90
Plásticos e suas obras	3,91	Ferro fundido, ferro e aço	4,40

Fonte: WTA

2.3. Investimento

De acordo com os dados publicados pela UNCTAD – World Investment Report 2007, o investimento directo estrangeiro (IDE) em Espanha em 2006 cifrou-se em 20 mil milhões de USD, o que se traduziu numa diminuição de cerca de 20% em relação ao ano anterior, tendo daí resultado a descida para a 17ª posição no *ranking* dos países receptores de IDE (5ª posição em 2002).

O investimento estrangeiro teve origem fundamentalmente nos países da OCDE, que representaram cerca de 95% do total das entradas de capital estrangeiro em Espanha em 2006. Dentro destes países cabe à UE a maior fatia, correspondente a 87%. Por países, a Holanda, o Luxemburgo, o Reino Unido, os EUA e Portugal, representaram 77% do total. A posição de países como a Holanda e o Luxemburgo (que representaram em conjunto mais de 50% do total) está associada às vantagens fiscais que favorecem a sua intermediação neste tipo de operações. Este investimento foi canalizado essencialmente para as seguintes áreas: actividades imobiliárias e serviços (23,7%) e transportes e comunicações (23,1%).

Por Comunidades Autónomas, destaca-se a Comunidade de Madrid como principal receptor, com cerca de 43% do total do investimento em 2006, seguida da Catalunha com cerca de 27%. Com pesos inferiores aparecem o País Basco e Castilla La Mancha.

Em 2007, segundo os dados espanhóis da “Dirección General de Comercio e Inversiones”, o investimento estrangeiro em Espanha atingiu 36.031 milhões de Euros, o que representou um aumento de 163% relativamente ao ano anterior. Cerca de 50% deste valor corresponde à aquisição de uma empresa do sector eléctrico cotada na bolsa, Endesa, pela italiana Enel.

De destacar que o investimento bruto em “ETVEs” (Entidades de Tenencia de Valores Estrangeiros), ou “Holdings”, considerado investimento não produtivo (apenas fluxo financeiro) atingiu mais de 7 milhões de Euros, ou seja cerca de 5% do total.

Os principais investidores em Espanha, em 2007, foram a Itália, responsável por 50% do investimento pela aquisição acima referida, os Países Baixos (13%), o Luxemburgo (11%) e o Reino Unido (3%).

Por Comunidades Autónomas, os principais destinos do investimento estrangeiro foram: Madrid, Valência e a Catalunha, que concentraram, respectivamente, 67%, 7% e 8% do total dos fluxos, correspondendo ao *status* de “cidades de negócios”. Seguem-lhes, em importância, o País Basco (6%) e a Andaluzia (2%). Existe, no entanto, cerca de 7% do IDE total que não pode ser atribuído a nenhuma região em concreto.

Os sectores económicos receptores destes fluxos de investimento foram a produção e distribuição de energia eléctrica (51%), a banca e intermediação financeira (5%), o comércio (5%), os materiais de transporte (5%), e as actividades imobiliárias (4%).

Quanto ao investimento espanhol no estrangeiro e segundo a UNCTAD – World Investment Report 2007, este ascendeu a 89,7 mil milhões de USD em 2006, o que representou um acréscimo de 114% relativamente a 2005 e resultou na subida para a 3ª posição do *ranking* de emissores a nível mundial nesse ano (a seguir aos EUA e França).

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2002	2003	2004	2005	2006
Investimento estrangeiro em Espanha	39.214	25.820	24.761	25.020	20.016
Investimento de Espanha no estrangeiro	32.715	28.718	60.532	41.829	89.679
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	5 ^a	6 ^a	9 ^a	10 ^a	17 ^a
Como emissor	4 ^a	7 ^a	3 ^a	7 ^a	3 ^a

Fonte: UNCTAD - World Investment Report 2007

Nota: Os dados referentes a 2007 apenas estarão disponíveis a partir de final de Setembro 2008.

Em 2006, grande parte do investimento espanhol foi dirigida para os países da OCDE, cujo peso relativo aumentou para 94,6% do total. A UE15 foi o principal destino (78,9%), com especial destaque para o Reino Unido, onde o investimento espanhol em 2006 se multiplicou quase por dez, em relação ao ano anterior. Fora da UE, os maiores crescimentos foram registados nos EUA, na China, na Índia e nos paraísos fiscais.

As quebras mais significativas num ano de tão expressivo aumento do investimento espanhol no exterior foram registadas na América Latina (-60%), sobretudo na Argentina, Brasil e Chile, bem como em alguns países europeus, particularmente na República Checa e Suíça.

As áreas mais procuradas pelas empresas espanholas em 2006 foram os transportes e comunicações (54%), intermediação financeira, banca e seguros (16%) e actividades imobiliárias (6%).

Por Comunidades Autónomas, Madrid foi a origem de 75% do investimento espanhol no exterior em 2006, embora o seu peso tenha diminuído face ao ano anterior; a Catalunha manteve o segundo lugar (8,5%) e a Cantábria assumiu o 3º (8%), ultrapassando o País Basco. Todas as Comun

Em 2007, segundo a fonte espanhola acima referida, o investimento espanhol directo no exterior (“ETVEs” incluído) atingiu o valor recorde de 90.955 milhões de Euros, o que representou um aumento de 44,2% relativamente ao ano anterior (em termos de investimento líquido o aumento registado foi de 32,7%).

No último ano, 95,2% do investimento espanhol no exterior (bruto) foi dirigido para os países da OCDE, 67,1% para a UE15 e 5,6% para a América Latina. Os principais países de destino foram a Holanda (28,6% do total do investimento), o Reino Unido (23,9%), os EUA (11,4%), a Hungria (10,0%) e a Itália (5,8%). Portugal foi o 12º país de destino do investimento espanhol no exterior (1% do total) em 2007, tendo-se registado um decréscimo de 68,8% face ao ano anterior.

Entre os dez principais destinos do investimento espanhol no exterior, os que registaram maiores crescimentos no último ano foram a Holanda, a Hungria, a Alemanha, a Itália e o México. Entre os que registaram quebras são de referir, para além de Portugal, a França e o Reino Unido.

2.4. Turismo

O clima e a beleza da Costa espanhola contribuíram para o desenvolvimento do sector turístico, em particular na zona da costa mediterrânica e das Ilhas (Baleares e Canárias). Actualmente a Espanha ocupa o 2.º lugar enquanto destino turístico mundial, a seguir à França.

Nos anos 60 e 70 a Espanha foi o primeiro destino europeu de turismo de massas e a sua indústria turística cresceu de forma considerável. Nos anos 80 registou-se uma estagnação, devido a uma subida dos preços, à mudança dos gostos dos turistas e à intensificação da concorrência de outros destinos. Todavia, a desvalorização da Peseta no início dos anos 90 tornou este sector novamente competitivo, voltando a trazer turistas em número recorde ao longo da década. A maior ênfase nas componentes qualidade e atracções culturais, a revitalização dos *resorts* existentes e a contenção dos danos ambientais, contribuíram para este crescimento.

Indicadores do Turismo

	2001	2002	2003	2004	2005
Turistas (10 ³)	50.094	52.327	50.094	52.430	55.577
Dormidas ^a (10 ³)	143.421	135.836	143.421	134.654	139.194
Receitas (10 ⁶ USD)	33.902	35.152	43.768	50.097	53.158

Fonte: World Tourism Organization (WTO)

Nota: (a) Inclui apenas as dormidas na hotelaria global

Em 2005 as entradas de turistas aumentaram cerca de 6% face ao ano anterior, assim como as dormidas e as receitas (3,4% e 6,1%, respectivamente), devido em grande medida à boa performance dos principais mercados emissores, à forte actividade promocional e publicitária desenvolvida pelo sector e aos novos voos directos entre Espanha e a China.

Em 2006, de acordo com os dados publicados pelo IET - Instituto de Estudios Turísticos, consolidaram-se os bons resultados alcançados no ano de 2005, com crescimentos no número de turistas e nas receitas. O número atingido de 58,5 milhões de turistas traduziu-se num aumento de 4,5% face ao ano anterior, com as Comunidades Autónomas da Catalunha, Baleares, Canárias, Andaluzia, Comunidade Valenciana e Madrid a assumirem 90% do total das entradas de turistas provenientes na sua grande maioria do Reino Unido, da Alemanha e da França.

Portugal tem vindo a melhorar a sua posição enquanto mercado emissor de turistas para Espanha, tendo ocupado a 6ª posição em 2006, com um total de cerca de 2,2 milhões de turistas portugueses (mais 10,4% do que em 2005) a escolher o mercado vizinho para passar férias no estrangeiro. O principal destino visitado pelos turistas portugueses é a Andaluzia (20% do total). A pouca distância surgem Madrid e Galiza com 15,7% e 15,3%, respectivamente.

No que diz respeito às saídas de turistas espanhóis para o estrangeiro, o ano de 2006 (período Janeiro a Outubro) registou 9,5 milhões de viagens. Estas saídas, com uma estada média de cerca de 9,2 dias e um número de dormidas na hotelaria global de 29,4 milhões, tiveram como principal destino a Europa (77% do total). A França foi o país que recebeu mais turistas espanhóis (cerca de 21%), seguida de Portugal com 14,1%, Itália (8,1%), Andorra (7,5%), Alemanha (5,4%) e Reino Unido (5,4%).

Fora da Europa, o principal destino foi Marrocos, com 4,5% do turismo emissor. Outro dado a destacar é que a América do Sul recebeu 10,1% das viagens ao estrangeiro dos espanhóis em 2006, tendo como principais destinos o Equador, a República Dominicana, o México, a Colômbia e Cuba.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

Espanha assume-se como o principal cliente e fornecedor de Portugal, tendo-se registado um crescimento sustentado das transacções comerciais entre os dois países ao longo dos últimos anos.

Para Espanha, conforme já indicado no capítulo referente aos principais parceiros comerciais espanhóis, Portugal assume maior importância enquanto destino das vendas espanholas, surgindo na terceira posição do *ranking* dos clientes espanhóis (com uma quota de 8,6% em 2007), do que como origem das compras espanholas, aparecendo neste caso, apenas na 8ª posição do *ranking* dos fornecedores (com uma quota de 3,2%). Considerando apenas o grupo de fornecedores da UE, o nosso país posicionou-se como 5º fornecedor da Espanha em 2007.

Importância de Espanha nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	1ª	1ª	1ª	1ª	1ª
	%	23,83	27,01	26,75	27,41	28,32
Como fornecedor	Posição	1ª	1ª	1ª	1ª	1ª
	%	30,04	30,56	30,57	30,46	31,03

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: Valores declarados (últimas versões)

A balança comercial é tradicionalmente desfavorável a Portugal, tendo-se registado um agravamento do défice (5,1%) em 2007. Todavia, apesar do desequilíbrio, importa assinalar que no período 2003-2007 se verificou um crescimento médio anual das expedições portuguesas superior ao das chegadas (12,4% e 9,0%, respectivamente) e que, no último ano, esse aumento foi de 12,5% para as expedições e de 9,5% para as chegadas.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007	Var. ^a	2007 Jan./Jun.	2008 Jan./Jun.	Var. ^b
Expedições	6.687.269	7.714.793	8.295.262	9.459.318	10.645.775	12,4%	5.437.037	5.582.144	2,7%
Chegadas	12.544.579	14.241.208	15.022.408	16.172.779	17.702.245	9,0%	8.562.766	9.270.256	8,3%
Saldo	-5.857.310	-6.526.414	-6.727.146	-6.713.462	-7.056.471	--	-3.125.729	-3.688.113	--
Coef. Cob.	53,3%	54,2%	55,2%	58,5%	60,1%	--	63,5%	60,2%	--

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007

(b) Taxa de crescimento homóloga

2004 e seguintes: Valores estimados

No primeiro semestre de 2008 as nossas vendas para Espanha registaram um crescimento de 2,7% face ao período homólogo de 2007, enquanto que as chegadas do mercado registaram um crescimento mais acelerado de 8,3%.

No que diz respeito ao número de empresas portuguesas exportadoras para Espanha, se em 2000 esse número se ficava pelas 4.119, em 2006 (último ano disponível) aumentou para 5.136. Também as empresas importadoras passaram de 12.909 em 2000, para 14.716 em 2006.

Analisando agora a estrutura das expedições portuguesas para Espanha, verificamos que os seis principais grupos de produtos expedidos em 2007 foram os seguintes: metais comuns (19,1%), máquinas e aparelhos (11,4%), vestuário (8,8%), plásticos e borracha (8,7%), veículos e outro material de transporte (7,8%), minerais e minérios (7,7%) e que, no conjunto, representaram cerca de 63,5% do total das vendas portuguesas a Espanha.

Expedições por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2003	%	2006	%	2007	%
Metais comuns	881.139	13,2	1.779.316	19,7	1.912.761	19,1
Máquinas e aparelhos	905.000	13,5	1.008.047	11,2	1.141.870	11,4
Vestuário	745.467	11,1	731.728	8,1	885.727	8,8
Plásticos e borracha	470.409	7,0	750.797	8,3	875.842	8,7
Veículos e outro material de transporte	917.452	13,7	795.681	8,8	784.768	7,8
Minerais e minérios	353.713	5,3	634.577	7,0	775.752	7,7
Produtos agrícolas	396.584	5,9	534.233	5,9	646.917	6,4
Madeira e cortiça	350.171	5,2	462.447	5,1	525.061	5,2
Produtos químicos	322.644	4,8	438.437	4,9	501.150	5,0
Pastas celulósicas e papel	316.256	4,7	345.000	3,8	365.828	3,6
Produtos alimentares	210.558	3,1	279.743	3,1	360.577	3,6
Combustíveis minerais	109.783	1,6	492.155	5,4	321.975	3,2
Matérias têxteis	246.734	3,7	269.785	3,0	278.240	2,8
Calçado	76.156	1,1	101.754	1,1	113.609	1,1
Peles e couros	32.903	0,5	35.262	0,4	32.956	0,3
Instrumentos de óptica e precisão	52.025	0,8	25.269	0,3	26.496	0,3
Outros produtos	300.275	4,5	349.079	3,9	492.996	4,9
Total	6.687.269	100,0	9.033.310	100,0	10.049.524	100,0

Fonte: INE

Nota: Valores declarados (não inclui estimativas para os valores abaixo do limiar de assimilação e para as não respostas).

No que se refere às chegadas de produtos espanhóis a Portugal, de salientar que os quatro primeiros grupos de produtos foram as máquinas e aparelhos (14,7%), os produtos agrícolas (12,7%), os metais comuns (12,6%) e os veículos e outro material de transporte (10,7%). Este conjunto representou cerca de 51% do total das chegadas em 2007, valor que se mantém relativamente estável nos últimos anos (50% em 2003 e 51% em 2006). Nas posições seguintes e ainda com pesos relevantes no total das chegadas, surgem os combustíveis minerais (7,9% do total), os produtos químicos (6,7%) e os plásticos e borracha (6,7%).

Chegadas por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2003	%	2006	%	2007	%
Máquinas e aparelhos	2.030.958	16,2	2.554.170	16,6	2.475.568	14,7
Produtos agrícolas	1.527.679	12,2	1.901.238	12,4	2.139.224	12,7
Metais comuns	1.096.891	8,7	1.789.364	11,6	2.113.367	12,6
Veículos e outro material de transporte	1.603.999	12,8	1.639.069	10,7	1.804.470	10,7
Combustíveis minerais	791.737	6,3	1.232.806	8,0	1.335.067	7,9
Produtos químicos	917.384	7,3	1.094.706	7,1	1.128.852	6,7
Plásticos e borracha	801.633	6,4	1.006.753	6,6	1.120.153	6,7
Vestuário	565.678	4,5	736.395	4,8	820.072	4,9
Produtos alimentares	618.104	4,9	715.770	4,7	802.917	4,8
Pastas celulósicas e papel	584.892	4,7	670.999	4,4	771.331	4,6
Minerais e minérios	443.410	3,5	476.906	3,1	527.538	3,1
Matérias têxteis	396.380	3,2	320.414	2,1	347.092	2,1
Madeira e cortiça	251.836	2,0	248.152	1,6	308.302	1,8
Instrumentos de óptica e precisão	173.349	1,4	227.470	1,5	251.387	1,5
Calçado	133.737	1,1	157.202	1,0	177.679	1,1
Peles e couros	128.427	1,0	118.397	0,8	142.264	0,8
Outros produtos	478.485	3,8	479.977	3,1	555.251	3,3
Total	12.544.579	100,0	15.369.787	100,0	16.826.535	100,0

Fonte: INE

Nota: Valores declarados (não inclui estimativas para os valores abaixo do limiar de assimilação e para as não respostas).

3.2. Investimento

Como se pode constatar pela leitura da tabela que se segue, Espanha é um importante investidor em Portugal, situando-se na 4ª posição do *ranking* dos países investidores em 2007, depois de já ter ocupado o primeiro lugar em 2004. Por outro lado, enquanto destino do investimento português no exterior, Espanha posicionou-se em 2.º e 3º lugar nos últimos três anos.

Importância de Espanha nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Portugal como receptor (IDE)	Posição	5ª	1ª	2ª	5ª	4ª
	%	11,1	16,4	14,6	12,8	13,0
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	4ª	2ª	2ª	3ª	3ª
	%	9,4	22,5	17,7	10,9	12,8

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Nota: Dados disponibilizados em Agosto de 2008

Durante os últimos anos da década de 80 e princípios dos anos 90, estabeleceram-se em Portugal numerosas empresas espanholas, nomeadamente através da implantação de estruturas de raiz, pela compra de empresas portuguesas ou, ainda, através da aquisição de participações significativas em empresas portuguesas. Estas diferentes maneiras de marcar presença em Portugal puderam ser observadas em quase todos os sectores de actividade em que as empresas espanholas apostaram.

Depois deste forte fluxo de investimento, nos últimos anos constata-se algum abrandamento, apesar de tal situação não ser idêntica em todos os sectores. De acordo com informação divulgada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola existem actualmente menos empresas com capitais espanhóis em Portugal do que no final da década de 90, apontando-se para cerca de 1050 empresas, das quais 300 com participações maioritárias e as restantes 750 com capitais minoritários. Ainda segundo a mesma fonte, as 300 empresas com capital maioritariamente espanhol empregam cerca de 80 mil trabalhadores.

Investimento Directo de Espanha em Portugal

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	3.569.770	4.456.393	4.027.728	4.204.257	3.909.026
Desinvestimento	2.601.774	2.103.476	2.115.885	1.893.775	2.765.492
Investimento líquido	967.996	2.352.917	1.911.843	2.310.481	1.143.534

Fonte: BdP

Nota: Dados disponibilizados em Agosto de 2008

Os dados do Banco de Portugal relativos ao ano de 2007 apontam para um decréscimo de 7% do investimento espanhol no nosso país, face ao ano anterior. No entanto, em termos de investimento líquido a quebra registada foi de cerca de 50%.

A área mais procurada pelos investidores espanhóis no passado foi o sector da construção. É neste sector que existe o maior número de empresas espanholas a operar em Portugal. Outros sectores de realçar são o da alimentação, da banca, das confecções (sector em que a penetração de marcas espanholas é bastante significativa), bem como da hotelaria, do turismo, do comércio e do franchising.

Nos últimos cinco anos os investimentos têm-se dirigido, preferencialmente, para as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (39,2%), indústria transformadora (19,9%), comércio por grosso e a retalho (17,0%) e actividades financeiras (11,5%).

De acordo com os dados espanhóis da “Dirección General de Comercio e Inversiones”, em 2007, Espanha investiu em Portugal 783 milhões de Euros, representando cerca de 1% do total do investimento espanhol no estrangeiro. No entanto, no ano anterior esse valor atingiu 2.550 milhões de Euros.

Presentemente, continuam a ter interesse no alargamento ao mercado português das redes de comercialização e distribuição alimentar e outros bens de consumo, como supermercados, redes de franchising, etc.

No sector de serviços podem ser atractivos os investimentos em: plataformas logísticas, energias renováveis, infra-estruturas ferroviárias e aeroportuárias, dadas as expectativas existentes relativamente à construção das redes de TGV comuns a Espanha e Portugal, assim como o desenvolvimento do MIBEL e a implementação das empresas de serviços associados a estes sectores.

Investimento Directo de Portugal em Espanha

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	950.543	2.691.155	1.733.161	1.075.332	1.582.410
Desinvestimento	1.302.130	907.751	1.557.796	357.932	1.157.967
Investimento líquido	-351.587	1.783.404	175.365	717.400	424.443

Fonte: BdP

Nota: Dados disponibilizados em Agosto de 2008

Os dados do Banco de Portugal para o ano de 2007 também registam um aumento significativo do investimento português em Espanha em termos brutos (47,2% face a 2006), embora em termos líquidos se tenha registado um decréscimo da ordem dos 40,8%.

Segundo a mesma fonte, os sectores predominantes do investimento português em Espanha, no período 2003-2007, têm sido as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (74,5%) e a indústria transformadora (14,4%).

Se considerarmos os dados espanhóis da “Dirección General de Comercio e Inversiones”, em 2007, o investimento português em Espanha foi inferior ao registado no ano anterior, tendo atingido os 420 milhões de Euros em termos brutos e 325 milhões de Euros em valores líquidos (quando no ano anterior tinha alcançado os 577 e 380 milhões de Euros, em termos brutos e líquidos, respectivamente). Em 2007, Portugal foi o 13º maior investidor estrangeiro em Espanha em termos brutos, com uma quota de 1,2% do total do IDE captado pelo país (5º investidor em 2006).

Segundo os estatísticas espanholas, as principais áreas para as quais foi canalizado o investimento português em 2007 foram a indústria química (31%), o fabrico de produtos minerais não metálicos (18%), a madeira (16%), a indústria alimentar (16%), a banca e intermediação financeira (7%), as actividades relacionadas com os transportes (2%) e a construção (2%).

A Comunidade de Madrid foi considerada a região mais atractiva para as empresas portuguesas em 2007 concentrando mais de 53% do total investido. Seguiram-se a Catalunha (com 38% do total), o País Basco (4%) e a Galiza (3%).

Actualmente, e de uma forma geral, existem oportunidades interessantes em diversos sectores em que Espanha é mais competitiva e que previsivelmente irão atrair novos fluxos de IDE nos próximos anos. Entre esses sectores destacam-se as tecnologias de informação e as telecomunicações, as energias renováveis, as ciências da saúde, farmácia e biotecnologia, o meio ambiente e tratamento de águas, a aeronáutica, a logística, a indústria agro-alimentar e o turismo.

3.3. Turismo

De acordo com a informação publicada pelo INE, Espanha continua a ocupar uma posição cimeira como mercado emissor de turistas para Portugal. No período 2004-2006 manteve o primeiro lugar no *ranking* dos principais mercados emissores, com um peso médio de 22,7% das entradas de turistas em Portugal. À excepção do ano de 2005, as entradas de turistas provenientes de Espanha rondaram valores anuais na ordem dos 2,5 milhões.

Ao nível das dormidas de turistas espanhóis em Portugal, refira-se que o ano de 2006, a exemplo do que já tinha acontecido em 2005, foi bastante positivo, com um aumento de 17% face ao ano anterior. Espanha ocupou o 3.º lugar no *ranking* das dormidas na hotelaria global, com uma quota de 12,7% e com o pico de dormidas a acontecer no mês de Agosto. Em 2007 as dormidas de turistas espanhóis no nosso país registaram um crescimento de 5%.

Também as receitas geradas pelos turistas espanhóis, em 2006, aumentaram cerca de 7% face a 2005, tendo Espanha ocupado igualmente a 3ª posição, com uma quota 14,5%. De realçar que em 2007 as receitas registaram um aumento muito significativo de 11,6% face ao ano anterior.

Turismo de Espanha em Portugal

	2003	2004	2005	2006	2007	Var. ^a
Dormidas ^b (10 ³)	2.154	2.393	2.726	3.195	3.371	11,9%
% do total ^c	9,3	10,4	11,4	12,7	12,7	
Receitas ^d (10 ³ EUR)	853.575	854.093	902.738	970.366	1.083.168	6,2%
% do total ^c	14,6	13,8	14,6	14,5	14,7	

Fontes: INE; BdP

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

4. Relações Internacionais e Regionais

Espanha integra o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), a Câmara de Comércio Internacional (CCI), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, das quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). É membro da Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 01.01.1995.

A nível regional, este país é membro da União Europeia (UE), do Conselho da Europa, da União da Europa Ocidental (UEO) e da Agência Espacial Europeia (AEE).

A **União Europeia** é um espaço de integração económica e política que tem passado por estádios distintos de evolução. O primeiro passo foi dado com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), seguida da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa) e uma área de comércio livre designada por Comunidade Económica Europeia (CEE). A aprovação, em 1987, do Acto Único Europeu formalizou a entrada em vigor a 01.01.1993 de um Mercado Comum Europeu, com a livre circulação de mercadorias, capitais, pessoas e serviços.

Por sua vez, o Tratado da União Europeia, ratificado em 1993, na cidade de Maastricht, aprofundou o processo de integração, ultrapassando o estágio económico para atingir o âmbito político. Os principais objectivos são: criação da União Económica e Monetária; adopção de uma Política Externa e de Segurança Comum; cooperação nas áreas da justiça e da administração e reforço da democracia e da transparência.

Com o Tratado de Nice, assinado em 26.02.2001, procurou-se enfrentar o desafio do alargamento a 12 novos países. Destes, 10 (Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) aderiram à UE no dia 01.05.2004 e os restantes 2 (Bulgária e Roménia) a 01.01.2007.

Finalmente, a UE chegou recentemente a acordo sobre o Tratado Reformador (Tratado de Lisboa), assinado a 13.12.2007, que pretende melhorar a eficiência do processo de tomada de decisão, reforçar a democracia através da atribuição de um papel mais relevante ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais e aumentar a coerência a nível da política externa, com vista a dar uma resposta mais eficaz aos desafios actuais. O Tratado de Lisboa deverá entrar em vigor a 01.01.2009, após a sua ratificação por todos os Estados-membros.

Actualmente a UE é composta por 27 membros, sendo que apenas 15 adoptaram a moeda única europeia (Euro) e integram a União Económica e Monetária (UEM): Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre (desde 01.01.2008); Eslovénia, **Espanha**; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Irlanda; Itália; Luxemburgo, Malta (desde 01.01.2008); e Portugal.

O **Conselho da Europa**, a mais antiga organização política da Europa, foi criada em 1949 com o objectivo de promover a unidade e a cooperação no espaço europeu, desempenhando um papel relevante em questões relacionadas com a defesa dos direitos do homem e a democracia parlamentar. Actualmente, o Conselho da Europa conta com 46 membros. O seu instrumento mais importante de actuação é a adopção de convenções.

A **UEO** tem como fim primordial promover a cooperação europeia em matéria de segurança e de defesa mútua.

Por sua vez, a **AEE** foi instituída com o objectivo de desenvolver a cooperação europeia nas áreas da investigação espacial e tecnológica e de utilizar as inovações para fins meramente pacíficos.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1. Regime Geral de Importação

Como membro da União Europeia, a Espanha é parte integrante da **União Aduaneira**, caracterizada, essencialmente, pela livre circulação de mercadorias e pela adopção de uma política comercial comum em relação a países terceiros.

O **Mercado Único** instituído em 1993 entre os Estados-membros da UE, criou um grande espaço económico interno, traduzido na liberdade de circulação de bens, de capitais, de pessoas e de serviços, tendo sido derrubadas as fronteiras internas, fiscais e técnicas.

Deste modo, as mercadorias com origem na UE ou colocados em livre prática no território comunitário, encontram-se isentas de controlos alfandegários, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à qualidade e características técnicas.

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adopção da mesma legislação neste domínio – **Código Aduaneiro Comunitário** – e a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes de países exteriores à UE – **Pauta Exterior Comum (PEC)**.

O regime de livre comércio com países terceiros não impede que os órgãos comunitários determinem restrições às importações (fixação de contingentes anuais), quando negociadas no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

A **PEC** baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo os **direitos aduaneiros** na sua maioria “ad valorem”, calculados sobre o valor CIF das mercadorias.

As importações, as vendas intracomunitárias, assim como as transacções de bens e a prestação de serviços a título oneroso, encontram-se sujeitas ao pagamento do **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**. Este encargo pode traduzir-se numa taxa de **16%** (taxa normal) aplicável à generalidade dos bens e serviços, de **7%** (taxa reduzida) que incide sobre certos géneros alimentícios, água, produtos farmacêuticos e alguns serviços (ex.: hotelaria e restauração), e de **4%** (taxa reduzida especial) que recai sobre os produtos alimentares de primeira necessidade, medicamentos, livros, revistas e jornais.

Para além deste encargo há, ainda, lugar ao pagamento de **Impostos Especiais de Fabrico**, que incidem sobre a produção, transformação ou importação de determinados produtos, tais como álcool, bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos, tabaco e energia eléctrica.

Sobre a maioria dos veículos novos e usados é aplicado o “**Imposto Especial sobre Determinados Meios de Transporte**”, aplicado numa base “ad valorem” quando do registo e de acordo com critérios definidos em termos de peso, comprimento e cilindrada.

As **Zonas Francas** situadas nas cidades de Barcelona, Vigo e Cádiz permitem, entre outras operações, o armazenamento das mercadorias em trânsito até um período de seis anos. As actividades industriais nestas zonas poderão ser autorizadas pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Economia.

5.2. Regime de Investimento Estrangeiro

O Tratado de União Europeia consagra, entre outros princípios, a liberdade de circulação de capitais, de onde enforma um quadro geral do investimento estrangeiro comum em todo o espaço comunitário, nos limites decorrentes do princípio da subsidiariedade, sem prejuízo dos instrumentos legislativos estabelecidos pelos Estados-membros.

O promotor externo encontra neste país um regime jurídico adaptado ao ordenamento comunitário, embora apresentando particularidades no acesso a determinados sectores de actividade económica com **legislação sectorial específica**, como sejam o transporte aéreo, rádio, minérios e matérias-primas, minérios de interesse estratégico e direitos sobre exploração de minas, televisão, jogos e lotarias, telecomunicações, segurança privada, fabrico, comércio ou distribuição de armamento e explosivos para uso civil e actividades relacionadas com a defesa nacional.

Podem ser titulares de investimento externo as pessoas singulares não residentes, as pessoas colectivas domiciliadas no estrangeiro, bem como as entidades públicas de soberania estrangeira. O investimento pode realizar-se mediante participação em sociedades espanholas (constituição ou aquisição de partes sociais), abertura de sucursais, empréstimos e créditos financeiros, aquisição de bens imóveis, bem como outras formas de cooperação empresarial.

No que concerne às **formalidades legais** a cumprir, refira-se que todas as operações de investimento externo e respectivas liquidações deverão ser declaradas *à posteriori* ao “**Registro de Inversiones**”. Exceptuam-se, entre outros, os investimentos originários dos denominados paraísos fiscais que estão sujeitos ao regime de **autorização prévia**. Tratando-se de investimentos realizados por residentes de um Estado-membro, apenas se encontram submetidos a este regime as actividades directamente relacionadas com a defesa nacional ou os investimentos que, pela sua natureza, forma ou condições de realização, afectem ou possam vir a afectar a ordem, segurança e saúde públicas.

A “*Dirección General de Comercio e Inversiones*”, do Ministerio da Industria, Turismo e Comércio, é o organismo competente em matéria de investimento estrangeiro em Espanha e do investimento espanhol no exterior, cabendo-lhe velar pelo cumprimento do disposto no Real Decreto n.º 664/1999 de 23 de Abril (Regime Jurídico do Investimento Estrangeiro).

O promotor goza do direito de transferir para o exterior os dividendos e lucros, bem como o capital investido e as eventuais mais-valias que possa obter em consequência da liquidação dos seus investimentos neste país.

Com o objectivo de fomentar o crescimento económico, o Governo Central e os Governos das Comunidades Autónomas desenvolveram um sistema de ajudas e incentivos estatais e regionais no âmbito da formação e do emprego, no desenvolvimento de regiões carenciadas, na promoção e desenvolvimento das PME e no apoio à internacionalização das empresas.

São ainda concedidos benefícios fiscais e financeiros às actividades desenvolvidas em determinados sectores estratégicos, como sejam, as indústrias agro-alimentares, mineira, energética e de desenvolvimento tecnológico, inovação e I&D.

O promotor externo pode também aceder aos programas de apoio comunitários destinados a regiões menos favorecidas da Comunidade, fundamentalmente a áreas pouco desenvolvidas, com baixos salários e um alto índice de desemprego, ou a regiões que possuam indústrias em crise.

A grande maioria destes incentivos é concedida por via das instituições oficiais e entidades financeiras nacionais, que funcionam como intermediários. Paralelamente, existem incentivos estatais, do Governo Central ou das Comunidades Autónomas, para o desenvolvimento de certas áreas, através de atribuição de ajudas económicas para projectos de investimento localizados.

Para o período 2007-2013 o Governo aprovou (Real Decreto n.º 1579/2006, de 22 de Dezembro) o **Regime de Ajudas e o Sistema de Gestão do Programa de Apoio à Inovação das Pequenas e Médias Empresas**. Este diploma contempla medidas de incentivo ao desenvolvimento e ao incremento do tecido empresarial espanhol, contribuindo para o aumento da competitividade das PME e encontra-se em consonância com a estratégia definida pela UE vertida no novo quadro comunitário de apoio para o mesmo período.

De acordo com o Real Decreto n.º 1579/2006, de 22 de Dezembro, podem ser objecto de subvenções as acções que se enquadram nas medidas do **Programa InnoEmpresa**:

- Inovação Organizativa e Gestão Avançada – apoio a projectos que adoptem novos modelos operacionais com vista à melhoria de diferentes áreas das empresas: organização de novos produtos; inovação de modelos de *marketing* e comercialização; inovação na logística, recursos humanos, sistemas de gestão empresarial, meio ambiente, etc;
- Inovação Tecnológica e na Qualidade – apoio a projectos que visem a introdução de melhorias tecnológicas através, nomeadamente, do recurso a assessoria de centros tecnológicos e de investigação, assim como de consultores específicos; criação e desenvolvimento de processos de certificação tecnológica; introdução de sistemas de gestão da qualidade, etc;
- Projectos de Inovação em Colaboração – apoio a projectos apresentados por grupo de empresas cuja actividade faça parte da cadeia de valor de um determinado produto, através da implementação conjunta de projectos integrados em várias áreas de gestão (logística, ambiental, energética, etc.), assim como outros projectos inovadores de desenvolvimento conjunto destinados a melhorar processos e produtos das empresas.

As ajudas destinam-se às empresas dos seguintes sectores de actividade: industrial (incluindo a indústria agro-alimentar), construção, turismo, comércio e serviços, assim como às entidades intermédias que realizem actividades de apoio a PME dos sectores já citados.

O âmbito de aplicação territorial do programa é nacional, tendo em conta as particularidades resultantes dos regimes económicos de determinadas Comunidades Autónomas.

Finalmente, de forma a promover e a reforçar as relações de investimento entre os dois países, foi assinada entre Portugal e a Espanha a **Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento**.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Regulamento (CEE) n.º 2454/93, JOCE n.º L253, de 11 de Outubro (com alterações posteriores)* – Fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.
- *Regulamento (CEE) n.º 2913/92, JOCE n.º L302, de 19 de Outubro (com alterações posteriores)* – Estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Real Decreto n.º 1579/2006, de 22 de Dezembro* – Define o Regime de Ajudas e o Sistema de Gestão do Programa de Apoio à Inovação das Pequenas e Médias Empresas (2007-2013).
- *Lei n.º 35/2006, de 28 de Novembro* – Relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas e *Real Decreto n.º 1775/2004, de 30 de Julho* – Regulamento do Imposto das Pessoas Físicas (equivalente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS).
- *Real Decreto Legislativo n.º 5/2004, de 5 de Março* – Respeitante ao Imposto sobre Rendimentos de não Residentes (alterado pela Lei n.º 35/2006, de 28 de Novembro) e *Real Decreto n.º 1776/2004, de 30 de Julho* – Regulamento do Imposto sobre Rendimentos de não Residentes.
- *Real Decreto Legislativo n.º 4/2004, de 5 de Março* – Referente ao Imposto sobre Sociedades (alterado pelas Leis n.ºs 35/2006, de 28 de Novembro e 36/2006, de 29 de Novembro) e *Real Decreto n.º 1777/2004, de 30 de Julho* – Regulamento do Imposto sobre Sociedades (equivalente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC).
- *Lei n.º 19/2003, de 4 de Julho* – Define o Regime Jurídico do Movimento de Capitais e das Transacções Económicas com o Exterior.
- *Lei n.º 7/2003, de 1 de Abril* – Cria um novo tipo de Sociedade de Responsabilidade Limitada, a «Nueva Empresa», alterando a Lei n.º 2/1995, de 23 de Março.
- *Resolução de 21 de Fevereiro de 2002* – Aprova os Modelos de Declaração de Investimento Estrangeiro quando o declarante é o investidor ou empresa com participação estrangeira.
- *Ordem de 28 de Maio de 2001* – Estabelece os procedimentos aplicáveis às Declarações de Investimento Estrangeiro.

- *Real Decreto n.º 664/1999, de 23 de Abril* – Define o Regime Jurídico do Investimento Estrangeiro.
- *Real Decreto n.º 1/1995, de 24 de Março* – Aprova a Lei do Estatuto dos Trabalhadores.
- *Lei n.º 2/1995, de 23 de Março* – Define o Regime Legal aplicável às Sociedades de Responsabilidade Limitada.
- *Lei n.º 37/1992, de 28 de Dezembro (com alterações posteriores)* – Referente ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- *Real Decreto n.º 1564/1989, de 22 de Dezembro* – Estabelece o Regime Jurídico aplicável às Sociedades Anónimas.

Acordos Relevantes

- *Decreto-Lei n.º 20/2008, de 21 de Julho* - Aprova o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre Portugal e Espanha.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006, de 23 de Março* – Aprova o Acordo para a Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica (MIBEL) entre Portugal e Espanha.
- *Decreto n.º 14/2004, de 27 de Março* – Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Espanha.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 6/1995, de 28 de Janeiro* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre Portugal e Espanha.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos consulte a «Jurisnet» – <http://www.portugalnews.pt/juris/matriz.asp>

6. Informações Úteis

Hora Local

Corresponde ao UTC mais uma hora, de Outubro a Março, e mais duas horas de Abril a Outubro. Face a Portugal, Espanha tem mais uma hora, seja qual for a época do ano.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00-15h00 (segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

8h30-14h00 (segunda-feira a sexta-feira)

Comércio:

Pequeno comércio

10h00-13h30/14h00 e 17h00-20h30/21h00

A regulamentação geral dos horários comerciais é da competência de cada Comunidade Autónoma, que autoriza a abertura num determinado número de domingos e feriados por ano. Os estabelecimentos e os centros comerciais podem abrir, no mínimo, oito domingos por ano, normalmente, no primeiro domingo de cada mês, exceptuando o Verão e Dezembro. No caso da Comunidade de Madrid é autorizada a abertura em vinte feriados e no caso da Catalunha, em oito feriados.

Grandes armazéns, supermercados e hipermercados

10h00-22h00 (segunda-feira a sábado)

Feriados 2009

Fixos:

- 1 de Janeiro – Dia de Ano Novo
- 6 de Janeiro – Dia da Epifania
- 10 de Abril – Sexta-feira Santa
- 1 de Maio – Dia do Trabalhador
- 15 de Agosto – Dia de Nossa Senhora da Assunção
- 12 de Outubro – Festa Nacional de Espanha
- 1 de Novembro – Dia de Todos-os-Santos
- 6 de Dezembro – Dia da Constituição
- 8 de Dezembro – Dia da Imaculada Conceição
- 25 de Dezembro – Dia de Natal

Móveis:

- Quinta-feira Santa (excepto Catalunha, Valencia e Cantabria)
- Dia de S. José (em diversas Comunidades)

Segunda-feira a seguir à Páscoa (Catalunha, Valência, Navarra, País Vasco, La Rioja e cidade de Palma de Mallorca).

A nível regional, são ainda observados outros feriados, dependendo a sua data das várias Comunidades Autónomas, até um total de 14 feriados por ano.

Corrente Eléctrica

220 volts AC, 50 Hz.

Pesos e Medidas

Sistema métrico internacional.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

aicep Portugal Global

Sede: O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Embaixada de Espanha

Rua do Salitre, 1

1269-052 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 213 472 381/2/3 | Fax: (+351) 213 472 384

E-mail: embespt@correo.mae.es | <http://www.embaixadadeespanha.com>

Consulado Geral de Espanha em Lisboa

Rua do Salitre, 3

1269-052 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 213 472 792 | Fax: (+351) 213 478 623

E-mail: cgesplisboa@correo.mae.es

Consulado Geral de Espanha no Porto
Rua D. João IV, 341
4000 - 302 Porto – Portugal
Tel.: (+351) 225 363 915/40 | Fax: (+351) 225 101 914
E-mail: cgespporto@correo.mae.es

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola
Av. Marquês de Tomar, 2 - 7º
1050-155 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 213 509 310 | Fax: (+351) 213 526 333
<http://www.portugalespanha.org>

Oficina Comercial de Espanha em Lisboa
Campo Grande, 28 - 2º A / E
1700-093 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 217 817 640 | Fax: (+351) 217 966 995
E-mail: lisboa@mcx.es

COSEC – Companhia de Seguros de Créditos
Direcção Internacional
Avª. da República, 58
1069-057 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 217 913 821 | Fax: (+351) 217 913 839
E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Em Espanha

Embaixada de Portugal
Calle Pinar, 1
28006 Madrid – España
Tel.: (+34) 917 824 960 | Fax: (+34) 917 824 972
E-mail: embmadrid@emb-portugal.es | <http://www.embajadaportugal-madrid.org>

Serviços Consulares da Embaixada de Portugal em Madrid
Calle Lagasca, 88 - 4º
28001 Madrid – España
Tel.: (+34) 915 773 585 | Fax: (+34) 915 776 802
E-mail: mail@cgmad.dgaccp.pt

aicep Portugal Global

Inversiones y Comercio de Portugal
Paseo de la Castellana, 141 - 17ª D
28046 Madrid – España
Tel.: (+34) 917 617 200 | Fax: (+34) 915 711 424
E-mail: aicep.madrid@portugalglobal.pt

aicep Portugal Global

Inversiones y Comércio de Portugal
Calle Bruc, 50 - 4º, 3ª
08010 Barcelona – España
Tel.: (+34) 933 014 416 | Fax: (+34) 933 185 068
E-mail: aicep.barcelona@portugalglobal.pt

Representação **aicep** Portugal Global / IAPMEI de Mérida

Inversiones y Comercio de Portugal / Instituto de la Empresa de Portugal
C/Juan Pablo Forner 1 (bajo) 06800 Mérida (Badajoz) - España
Tel: (+34) 924 003 662 | Fax: (+34) 924 003 660
E-mail: aicep.merida@portugalglobal.pt

Representação **aicep** Portugal Global / IAPMEI em Vigo

Inversiones y Comercio de Portugal / Instituto de la Empresa de Portugal
Calle Marques de Valladares 23 1º F
36201 VIGO (Galicia) - España
Tel: (+34) 986 226 803 | Fax: (+34) 986 433 064
E-mail: aicep.vigo@portugalglobal.pt

Cámara Hispano-Portuguesa de Comercio y Industria

Calle Zurbano, 67 - 5º B
28010 Madrid – España
Tel.: (+34) 914 422 300 | Fax: (+34) 914 422 290
E-mail: info@chp.es | <http://www.chp.es>

8. Fontes de Informação

8.1. Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre Espanha

- Título: “Espanha – Oportunidades e Dificuldades do Mercado”
Edição: 09/2008
- Título: “Espanha - Guia Prático de Acesso ao Mercado”
Edição: 03/2008
- Título: “Espanha – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 03/2008
- Título: “Espanha – Dossier de Mercado”
Edição: 06/2007
- Título: “Espanha – Comunidades Autónomas”
Edição: 06/2007
- Título: “Espanha – Guia Prático para Preparação de uma Viagem de Negócios”
Edição: 11/2006
- Título: “Espanha – Relações Económicas com Portugal”
Edição: 09/2006
- Título: “Espanha – Economia”
Edição: 09/2006
- Título: “Espanha – 80 Perguntas Mais Frequentes sobre Investimento”
Edição: 05/2005
- Título: “Espanha – Cidade de Madrid - Estudo Comercial”
Edição: 09/2004

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008

- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 11/2005
- Título: “Acordos Bilaterais Portugal/UE”
Edição: 11/2005
- Título: “Etiquetagem de Produtos Têxteis na União Europeia”
Edição: 07/2005
- Título: “Acordo Cotonou: Cooperação ACP-CE / Acordo de Parceria”
Edição: 07/2005
- Título: “Contrato Internacional de Agência”
Edição: 03/2005
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Principais Formas de Sociedades na UE – Guia por País”
Edição: 09/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

8.2. Endereços de Internet

- Agencia Tributaria – www.aeat.es
- Banco de España – www.bde.es
- Boletín Oficial del Estado (BOE) – <http://www.boe.es/g/es/>
- Compañía Española de Financiación del Desarrollo – www.cofides.es
- Confederación Española de Organizaciones Empresariales – www.ceoe.es
- Confederación Española de la Pequeña y Mediana Empresa – www.cepyme.es
- Consejo Superior de Camaras de Comercio – www.camaras.org
- Dirección General de Política de la PYME – www.ipyme.org
- Instituto de Crédito Oficial – www.ico.es
- Instituto Español de Comercio Exterior ICEX – www.icex.es
- Instituto Nacional de Estadística – www.ine.es
- Instituto de Turismo de España - Turespaña – www.tourspain.es
- Interes-Invest in Spain – www.interes.org
- Ministerio de Asuntos Exteriores – www.mae.es
- Ministério del Interior – www.mir.es
- Ministerio de Economía y Hacienda – www.meh.es
- Ministerio de Industria, Turismo y Comercio – www.mityc.es
- Presidencia del Gobierno – www.la-moncloa.es
- Secretaría de Estado de Comercio - Ministerio de Industria, Turismo y Comercio – www.comercio.es